

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 903.846 ALAGOAS

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S)	: ANGELO RUSSO JUNIOR SUBSTITUÍDO PROCESSUALMENTE PELO UNAFISCO SINDICAL - SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: SÉRGIO LUDMER E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO –
INTERPRETAÇÃO DE NORMAS LEGAIS
– FALTA DE PREQUESTIONAMENTO –
INVIABILIDADE.**

1. O acórdão impugnado mediante o extraordinário revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando o acesso a este Tribunal. À mercê de articulação sobre a violência à Carta da República, pretende-se submeter a análise recurso que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal.

2. Acresce que, no caso, o que sustentado nas razões do extraordinário não foi enfrentado pelo Órgão julgador. Assim, padece o recurso da ausência de prequestionamento, esbarrando nos Verbetes nº 282 e 356 da Súmula do Supremo. Este agravo somente serve à sobrecarga da máquina judiciária, ocupando espaço que deveria ser utilizado no

ARE 903846 / AL

exame de outro processo.

3. Conheço do agravo e o desprovejo.

4. Publiquem.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator